

JORNAL DE BRASÍLIA

# Inflação e salários

Entre os inúmeros problemas causados aos parlamentares pela renitente inflação brasileira está o de fixar, com frequência, índices para os reajustes de salários. Boa parte da energia de senadores e deputados é gasta em exaustivas reuniões para estabelecer novos valores para o salário mínimo, para as aposentadorias e pensões e para os vencimentos dos servidores. Agora, quase no início do recesso, o tema os atinge diretamente. Anteontem, acertaram um reajuste de 143% para a correção dos seus salários, embora tenham atribuído um índice médio de 62% para os servidores do Legislativo e do Executivo.

Recentemente, o Parlamento sofreu duas semanas de obstrução por conta da discussão e votação dos vetos do presidente Fernando Collor de Mello à legislação sobre o salário mínimo. Simultaneamente, a Justiça de todo o País se viu assoberbada de trabalho em função de mandados exigindo uma correção de 147% no valor das aposentadorias e pensões. Milhares de carnês chegaram à ser impressos com este reajuste, que acabou sendo suspenso pelo STJ. Só mediante um acordo político, chegou-se a um consenso.

Tudo leva a crer que enquanto persistirem estes altos índices inflacionários mensais — e isso deve se repetir, embora de maneira declinante, ao longo do próximo ano — estes problemas vão continuar desgastando governantes e governados.

São inegáveis os esforços do Governo em pôr ordem nos vencimentos que paga a seus servidores. Este ano, por exemplo,

as carreiras típicas de Governo, como diplomacia e militares, tiveram aumentos acima das outras categorias. Mas é impossível, de um momento para o outro, reparar todas as distorções e ordenar milhares de servidores espalhados por vários quadros e carreiras.

No caso específico do reajuste dos parlamentares, o que se discute é a forma como isso ocorreu. Ninguém desconhece que os parlamentares brasileiros — tendo em vista o nível de exigência do cargo que exercem — estavam com seus vencimentos defasados. É incontestável também a afirmação do presidente da Câmara no sentido de que os representantes precisam ter sua independência econômica assegurada.

No entanto, o aumento que os parlamentares se autoconcederam — alegando que ele é semelhante ao dado ao primeiro escalão do Executivo — se aproxima do índice que foi negado aos aposentados, por falta de recursos. De outro lado, o País atravessa uma crise bastante grave e as autoridades da área econômica anunciam um aperto ainda maior no próximo ano. Embora reconhecendo que a remuneração de um representante eleito estava achatada, a percentagem acertada é discutível. E o momento escolhido foi inoportuno.

A deletéria inflação brasileira gera um conflito a cada aumento dos vencimentos dos que ocupam cargos públicos. E esses aumentos têm que ser frequentes. Resta aguardar que a tão esperada queda da inflação, prevista para 1992, possa liberar a energia e o tempo de nossos representantes para a discussão de temas de real interesse coletivo.